

LINGÜÍSTICA E HISTÓRIA: ORALIDADE E ESCRITA NO DISCURSO RELIGIOSO MEDIEVAL♦

Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira Andrade*

Seria preciso, para dar conta da evolução das relações oral/escrito, imaginar a língua como um teatro em que entram em conflito as diversas formas de expressão, conflito do qual a época presente apenas representa uma fase. A linguagem é a expressão do ser inteiro, e apesar de a nossa civilização tender a reduzir a uma unidade de funções o que foi plural e múltiplo, possuímos ainda restos das tensões que se produziram entre as diversas formas de expressões (Roland Barthes e Eric Marty, 1987: 45)¹.

Considerações iniciais

Antes de tratarmos do tema específico deste artigo, convém discutir duas noções extremamente importantes para o trabalho com a linguagem, quer seja ela oral ou escrita. Trata-se das definições de *discurso* e de *texto*.

Em sua acepção mais ampla, o termo *discurso* designa “um certo modo de apreensão da linguagem (...) como atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados” (Maingueneau, 1999: 37)². Nesse sentido, o termo *discurso* deve ser visto como uma unidade de comunicação associada a condições de produção determinadas, ou seja, depende de um gênero de discurso específico: romance, editorial, crônica, artigo jornalístico, hagiografia etc.

Por sua vez, o termo *texto* liga-se, numa perspectiva histórica, segundo Barthes e Marty (1987: 55):

a um conjunto de instituições: direito, Igreja, literatura, ensino. O texto é um objeto moral, é o escrito enquanto parte do contrato social, exige que o observem e respeitem, mas em contrapartida marca a linguagem com um predicado raro, que esta não possuía: é *irrevogável*. Como escrevia Mallarmé: ‘Acontece sozinho: feito ser’, é, por assim dizer um ‘estar ali’ definitivo, enquanto a narrativa oral surge sempre como um ‘ter estado lá’.

♦ In ANDRADE Filho, Ruy de Oliveira (org.) *Relações de poder, educação e cultura na Antiguidade e Idade Média*. São Paulo: Solis, 2005, p. 47-55.

* Dra. em Semiótica e Linguística Geral, professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH/USP.

¹ BARTHES, Roland e Eric Marty (1987) Oral/Escrito. In *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 11. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 32-57.

A partir do exposto, verifica-se que o texto representa a segurança, a invariabilidade. É produto da imprensa, e não da cultura manuscrita. O discurso, enquanto fenômeno fundamentalmente oral, desenvolve a memória do tema, já o texto trabalha com a memória da palavra, ou seja, da escrita enquanto estilo. O livro manuscrito era suporte do discurso falado: listas de citações, de *exempla*, que poderiam ser úteis posteriormente. A matéria dos manuscritos antigos ou medievais é feita de textos destinados a serem fixados para sempre na memória dos leitores.

Para Barthes e Marty, a relação entre escrita e oralidade na comunicação lingüística, pode ser sintetizada com a seguinte frase:

o escrito funciona numa relação com o idêntico, o oral numa relação com o outro; relação com o idêntico, a repetição, a re-enunciação que o leitor faz do texto que lê; relação com o outro, a comunicação oral que tem origem na alteração, no desvio produzido pela presença do outro (p. 49).

Nessa perspectiva, para compreendermos e analisarmos uma hagiografia medieval é preciso que nos coloquemos no momento em que o texto era lido, narrado por um indivíduo e, ao mesmo tempo, ouvido por um ou mais indivíduos e registrado na memória.

1. Oralidade e escrita: duas práticas sociais

Para discutirmos os fenômenos da oralidade e da escrita, é preciso abordarmos sobre o papel dessas duas práticas em nosso cotidiano. Igualmente, para tratarmos das semelhanças e diferenças entre oralidade e escrita, é necessário considerarmos a distribuição de seus usos na vida diária.

Como prática social, a escrita tem, segundo Marcuschi (2001: 16)³, “uma história rica e multifacetada (não-linear e cheia de contradições), ainda por ser esclarecida”. Em nossa sociedade, a escrita é mais do que uma tecnologia. Segundo o referido autor, ela passou a ser um bem social indispensável para enfrentar o dia-a-dia, em qualquer canto do mundo. Neste sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência do homem. Não por virtudes que lhe são imanentes, mas pela forma como se impôs e a violência com que penetrou nas sociedades modernas e influenciou as culturas de modo geral.

² MAINGUENEAU, Dominique (1999) *Términos claves del análisis del discurso*. Buenos Aires: Nueva visión.

³ MARCUSCHI, Luiz Antônio. (2001) *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez.

Além disso, devemos lembrar que todos os povos, indistintamente, têm ou tiveram uma tradição oral, mas relativamente poucos tiveram ou têm uma tradição escrita. Não se trata, com isto, de colocar a oralidade como mais importante, mas de perceber que a oralidade tem uma “primazia cronológica” indiscutível. (Cf. Stubbs, 1986)⁴.

Na verdade, oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características específicas determinantes do lugar, do papel e do grau de relevância na atividade discursiva. Tais práticas justificam que a questão da relação entre ambas seja posta no eixo de um contínuo tanto sócio-histórico como tipológico. A fala é adquirida naturalmente em contextos informais do dia-a-dia. Já a escrita, em termos institucionais, se adquire em contextos formais: na escola. Daí também seu caráter mais prestigioso como bem cultural desejável.

Ainda com relação à escrita, pode-se dizer que, embora criada pelo homem tardiamente em relação à presença da oralidade, ela perpassa, na atualidade, quase todas as práticas sociais dos povos em que penetrou. Em sociedades com escrita, até os indivíduos analfabetos estão sob a influência do que se denomina *letramento*, isto é, um tipo de processo histórico e social que não se confunde com a realidade representada pela alfabetização regular e institucional. O letramento envolve as mais diferentes práticas da escrita na sociedade e pode abarcar desde uma apropriação mínima da escrita – como por exemplo o indivíduo que é analfabeto, mas letrado na medida em que sabe identificar o valor do dinheiro, reconhece o ônibus que deve tomar, consegue fazer cálculos, distingue as mercadorias por meio das marcas, mas não lê o jornal nem escreve cartas - até uma apropriação mais profunda – como o indivíduo que escreve artigos científicos, ensaios literários ou tratados de filosofia.

A escrita é usada em contextos sociais básicos de nosso cotidiano, paralelamente à oralidade. Esses contextos, entre outros, são: a família, a escola, o trabalho, a vida burocrática, a atividade intelectual. Em cada um deles, a ênfase e os objetivos do uso da escrita são variados e diversificados. Há, contudo, inevitáveis relações entre escrita e contexto, fazendo surgir tipos textuais, bem como terminologias e expressões próprias.

Além disso, ainda não sabemos com total precisão que gêneros de textos (orais e escritos) são os mais correntes em cada um dos contextos apontados anteriormente e quem

⁴ STUBBS, Michael (1986). *Educational Linguistics*. Oxford, Basil Blackwell.

é que faz uso mais intenso da escrita dentro deles (cf. Marcuschi, 2001: 25 e ss). Ao observarmos o ambiente familiar, por exemplo, podemos indagar: que uso da leitura e da escrita fazemos em casa?; qual a finalidade do uso da leitura e da escrita em nosso cotidiano? Não há dúvida de que leitura e escrita são ambas práticas comunicativas proveitosas e necessárias. Em nossa casa, lemos jornais e revistas; consultamos a internet; preenchemos e assinamos cheques; escrevemos cartas pessoais ou cartões; redigimos *e-mails*, documentos; elaboramos listas de compras; conversamos ao telefone; transmitimos recados; contamos histórias; fazemos fofoca, etc. Assim, podemos perguntar: que tipo de valorização é dada à escrita e à oralidade em nosso dia-a-dia? Como essas atividades interagem com outros meios de comunicação, como: rádio, TV, etc.

Entretanto, sabemos que no mundo atual tanto a oralidade quanto a escrita são imprescindíveis. Importa, pois, não confundir seus papéis e seus contextos de uso, e de não discriminar os seus usuários. Por exemplo, há quem equipare a alfabetização (domínio ativo da escrita e da leitura) com desenvolvimento. Outros sugerem que a entrada da escrita representa a entrada do raciocínio lógico e abstrato. Ambas as teses estão equivocadas, mas é evidente que a alfabetização continua fundamental.

Para Eric Havelock⁵, a tardia entrada da escrita na humanidade e sua repentina valorização pode ser explicada como um fato biológico-histórico, pois:

o *homo sapiens* é uma espécie que usa o discurso oral, manufaturado pela boca, para se comunicar. Esta é sua definição. Ele não é, por definição, um escritor ou um leitor. Seu uso da fala, repito, foi adquirido por processos de seleção natural operando ao longo de um milhão de anos. O hábito de usar os símbolos escritos para representar essa fala é apenas um dispositivo útil que existe há pouco tempo para poder ter sido inscrito em nossos genes, possa isso ocorrer ou não meio milhão de anos à frente. Segue-se que qualquer linguagem pode ser transposta para qualquer sistema de símbolos escritos que o usuário da linguagem possa escolher sem que isso afete a estrutura básica da linguagem. Em suma, o homem que lê, em contraste com o homem que fala, não é biologicamente determinado. Ele traz a aparência de um acidente histórico recente...

Graff (1995)⁶ recorda que a “cronologia é devastadoramente simples”: como espécie, o *homo sapiens* data de cerca de um milhão de anos. A escrita surgiu há 5.000 anos atrás; no ocidente, ela entrou por volta de 600 A.C., chegando a pouco mais de 2.500 anos

⁵Eric Havelock. *Origins of Western literacy*. Toronto, Ontario Institute for Studies in Education, 1976. p.12. Citado a partir de GRAFF, Harvey J. *Os Labirintos da Alfabetização*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

⁶ GRAFF, Harvey J. *Os Labirintos da Alfabetização*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

hoje. Já a imprensa surgiu em 1450, tendo pouco mais de 500 anos. Enquanto fenômeno cultural de massa, a alfabetização - para muitos estudiosos - pode ser quase ignorada nos primeiros 2000 anos de sua história ocidental, pois ficou restrita a uns poucos focos.

2. As pesquisas sobre a oralidade

A partir dos anos 80 os estudos sobre a oralidade e escrita sofreram uma mudança de perspectiva, já que anteriormente essas duas modalidades da língua eram vistas como opostas e, a partir dessa época, passam a ser analisadas como um “conjunto de práticas sociais”(cf. Marcuschi, 2001: 15).

Se antes predominava a noção da supremacia cognitiva da escrita e considerava-se a relação entre as modalidades oral e escrita como dicotomia, atualmente predomina a posição segundo a qual se pode conceber oralidade e letramento como atividades interativas e complementares no contexto das práticas sociais e culturais.

Segundo Marcuschi (op.cit, p. 16), é preciso considerar que “as línguas se fundam em usos e não o contrário”. Desse modo, os usos da língua merecem um olhar significativo por parte dos estudiosos, pois o que determina a variação linguística em todas as suas manifestações são os usos que fazemos da língua. São as formas que procuram se adequar aos usos e não o inverso.

Em nossa sociedade a escrita, como manifestação formal dos diversos tipos de letramento, é mais do que uma tecnologia. Ela passou a ser um bem social indispensável para que possamos viver e enfrentar o dia-a-dia, principalmente, nos centros urbanos. Não por virtudes próprias, mas pela forma como se impôs nas sociedades modernas e impregnou as culturas. Na visão de Marcuschi, “sua prática e avaliação social a elevaram a um *status* mais alto, chegando a simbolizar educação, desenvolvimento e poder” (p.17).

A escrita não pode ser entendida como uma representação da fala, já que não consegue reproduzir muitos dos fenômenos da oralidade, tais como: prosódia, gestos, olhar. Por outro lado, a escrita apresenta elementos próprios, ausentes na língua oral, tais como: o tipo e tamanho de letras, cores, formatos, que desempenham, graficamente, a função dos gestos, da mímica e da prosódia.

Ainda segundo Marcuschi (op. cit, p.17), tem-se que:

Oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos nem uma dicotomia. Ambas

permitem a construção de textos coesos e coerentes, ambas permitem a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais, dialetais e assim por diante. As limitações e os alcances de cada uma estão dados pelo potencial do meio básico de sua realização: som de um lado e grafia de outro, embora elas não se limitem a som e grafia.

Como manifestação da prática oral, a fala é adquirida de forma natural em contextos informais do dia-a-dia e nas relações sociais que se estabelecem desde o momento em que a mãe tem seus primeiros contatos com seu filho. O aprendizado e o uso da língua natural é, pois, uma forma de inserção cultural e socialização. Por sua vez, a escrita é a manifestação formal do letramento e é adquirida em contextos formais: na escola, principalmente. Apresenta caráter de maior prestígio como bem cultural desejável.

A oralidade continua em voga. Parece que hoje a sociedade, de modo geral, redescobriu que somos seres eminentemente orais, mesmo em culturas consideradas amplamente alfabetizadas. Entretanto, é fundamental refletir, de forma mais adequada, a respeito de qual é lugar da oralidade hoje, seja nos contextos de uso da vida diária ou nos contextos de formação escolar formal. Para Marcuschi, “o tema não é novo e tem longa tradição” (p.24). O autor menciona que seria interessante pensar na distinção lembrada por Ginsburg na obra *O Queijo e os Vermes*, publicada em 1987, quando diz que denominada cultura popular é transmitida essencialmente pela via da oralidade e que isto oferece aos historiadores um grande problema, já que eles estão relegados à análise de documentos escritos. Para Ginsburg, existe uma *cultura produzida pelas classes populares* e uma *cultura imposta às classes populares*. Ainda, segundo Marcuschi, a cultura produzida pelas classes populares “seria aquela que Rabelais representou em suas obras que tanto incomodaram os donos do poder em sua época”, já a cultura imposta às classes populares “seria a representada pelos almanaques e até mesmo por muitos manuais escolares” Outro tema bastante diferente é a “cultura de massa que se caracteriza como produto de uma *indústria cultural* massificada”(p.17).

3. Relações entre língua falada e língua escrita

A **fala** pode ser definida como uma forma de produção textual-discursiva oral com finalidades comunicativas, sem a necessidade de uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano. A **escrita** é, além de uma tecnologia de representação

abstrata da própria fala, um modo de produção textual-discursiva com suas próprias especificidades materiais.

Para analisar adequadamente um texto (falado ou escrito), precisamos identificar os componentes que fazem parte da situação comunicativa: falante-ouvinte/escritor-leitor. Também é necessário considerar as condições de produção. São essas condições que possibilitam uma atividade interacional (ação social estabelecida entre os indivíduos) e são distintas em cada modalidade (oral ou escrita) .

Resumidamente, podemos dizer que a **fala** apresenta várias características, dentre as quais se destacam:

- a- interação face a face (os interlocutores estão no mesmo espaço físico e no mesmo tempo);
- b- planejamento simultâneo ou quase simultâneo à execução;
- c- acesso imediato à reação do ouvinte;
- d- possibilidade de redirecionar o texto, posteriormente.

A **escrita**, por sua vez, tem os seguintes traços:

- a- interação à distância (tanto no espaço, quanto no tempo)
- b- planejamento anterior à execução;
- c- não há possibilidade de resposta imediata;
- d- o escritor pode modificar o texto a partir das possíveis reações do leitor.

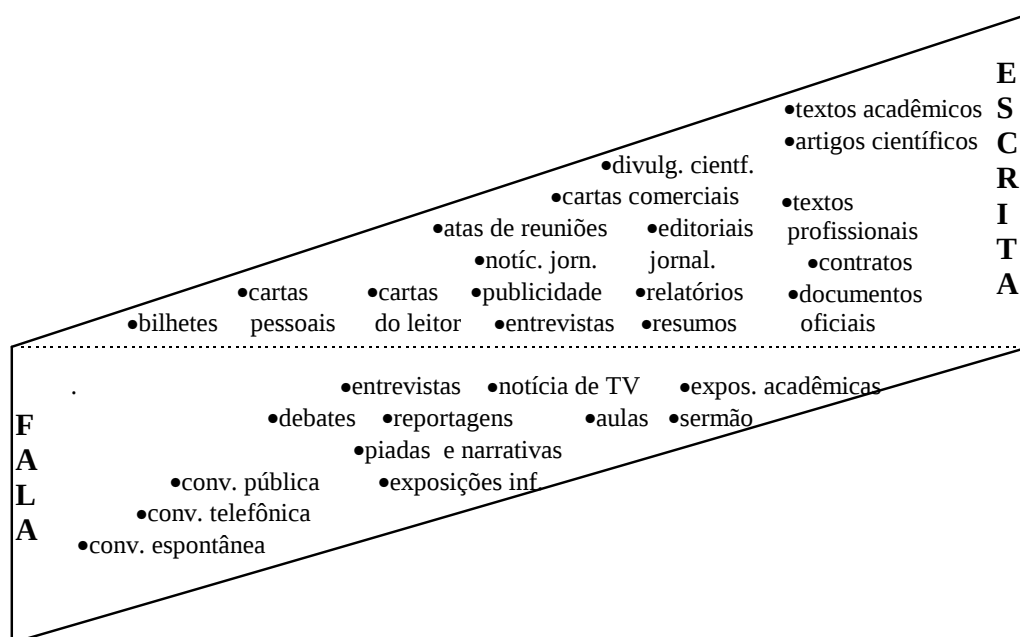
Decorrem disso os aspectos específicos encontrados em cada produção, conforme o gênero do texto construído:

Oral: conversação espontânea, entrevista, debate, aula, conferência, etc.

Escrito: carta familiar, editorial, notícia, conto, poema, romance, artigo científico, etc.

Em suma, as diferenças entre fala e escrita podem ser vistas e analisadas na perspectiva do uso de cada modalidade. É central nesta perspectiva a eliminação da dicotomia estrita e a possibilidade de olhar ambas as modalidades a partir de uma diferenciação gradual, conforme se pode observar neste gráfico elaborado por Marcuschi (2001: 41)

[[trocar este gráfico pelo que foi copiado no final do texto]]



4. Conceito de Interação/Interatividade

A interação é considerada um dos componentes do processo de comunicação, isto é, faz parte de toda atividade de linguagem, construindo efeito de sentido nesse processo. Para Bakhtin (1929)⁷, ela “é a realidade fundamental da linguagem”. Segundo Brait (1993:194)⁸, “é um fenômeno sociocultural, com características lingüísticas e discursivas passíveis de serem observadas, descritas, analisadas e interpretadas”.

Ao estudar um texto através da perspectiva interacional, pode-se observar as relações interpessoais veiculadas pela maneira como a situação comunicativa está organizada. Isso significa que o texto deve ser observado não apenas em relação ao que está dito, mas também as formas da maneira de dizer, pois estas permitem uma leitura dos implícitos que se revelam e evidenciam a interação “como um jogo de subjetividades, um jogo de representações em que o conhecimento se dá através de um processo de negociações, de trocas, de normas partilhadas, de concessões” (Brait, 1993:194).

⁷ BAKHTIN, Mikhail. (1929 data do original em russo) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. M. Lahud, Y. F. Vieira e outros. São Paulo: Hucitec, 1979.

⁸ BRAIT, Beth (1993) O processo interacional. In: Dino Preti (org.) *Análise de Textos Orais*. São Paulo: Humanitas, Projetos Paralelos, vol. 1, p. 189-213.

Em toda interação, os interlocutores estão reunidos sob determinadas condições “contratuais”, que estão diretamente ligadas ao contexto situacional e aos papéis sociais dos participantes dessa interação.

Uma análise textual deve, portanto, levar em conta os traços lingüísticos que permitem reconhecer a intencionalidade do enunciador, os efeitos de sentido construídos por esse enunciador ou pelo locutor por ele instaurado/instituído, e a persuasão ou manipulação que o enunciador busca exercer sobre o eunciatário (leitor).

Conforme aponta Bakhtin (1927: 9)⁹:

O significado e a importância de um enunciado (seja qual for a espécie particular deste enunciado) não coincide com a composição puramente verbal do enunciado. Palavras articuladas estão impregnadas de qualidades presumidas e não enunciadas (...) A vida, portanto, não afeta um enunciado de fora; ela penetra e exerce influência num enunciado de dentro, enquanto unidade e comunhão de existência que circunda os falantes e unidade e comunhão de julgamentos de valor essencialmente sociais, nascendo deste todo sem o qual nenhum enunciado inteligível é possível. A enunciação está na fronteira entre a vida e o aspecto verbal do enunciado: ela, por assim dizer, bombeia energia de uma situação da vida para o discurso verbal, ela dá a qualquer coisa lingüisticamente estável o seu momento histórico vivo, o seu caráter único. Finalmente, o enunciado reflete a interação social do falante, do ouvinte e do herói como o produto e a fixação, no material verbal, de um ato de comunicação viva entre eles.

Segundo o autor, todas as línguas possuem meios gramaticais de expressão dos aspectos das diferentes atividades humanas e os papéis que os interlocutores desempenham em tais atividades:

primeira, segunda, terceira pessoas e estrutura de sentença variável de acordo com a pessoa do sujeito (“eu” ou “você” ou “ele”). A forma de uma proposição sobre uma terceira pessoa, a forma de um tratamento de uma segunda pessoa, a forma de um enunciado sobre si próprio (e suas modificações) já são diferentes em termos de gramática. Assim, aqui a própria estrutura da língua reflete o evento da inter-relação entre os falantes (p. 16).

Desse modo, o conceito de interação é parte integrante da concepção de linguagem que orienta a linha de pesquisa da *Análise Dialógica do Discurso*. Linha essa que busca olhar para a materialidade lingüística e para a situação comunicativa constitutivas de uma enunciação e de um enunciado concreto, visando a observar as condições de produção, de circulação e de recepção de uma determinada situação comunicativa: em nosso *corpus*, as hagiografias..

⁹ BAKHTIN, Mikhail (1927data do original em russo) *Discurso na vida e discurso na arte (sobre a poética sociológica)* Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, a partir da tradução inglesa de I. R. Titunik “Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics”. In: *Freudism*. New York: Academic Press, 1976 (cópia xerox).

Para discutir a questão do interlocutor, ou como dizia Bakhtin, para tratar do conceito do *outro*, é preciso considerar o papel do ouvinte/leitor, visto que :

(...) a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor*; ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). Não pode haver interlocutor abstrato: não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado” (Bakhtin, 1927:112).

A relação dialógica ou dialogismo é, portanto, condição de linguagem. No texto escrito, há o estabelecimento de uma relação dialógica ou diálogo, em sentido amplo, entre o enunciador (autor) e o enunciatário (leitor). Cabe lembrar que a atividade verbal sob a forma escrita também é orientada em função de intervenções anteriores da mesma natureza. Ao analisar o texto escrito é necessário levar em conta não só o conteúdo e a relação do enunciador com esse conteúdo, mas principalmente a relação do enunciador com o outro e com os discursos desse outro, explicitados ou presumidos (cf. Brait, 2002:155)¹⁰.

O contexto de situação em que as hagiografias se efetivam está revelado no próprio texto. Tal revelação não se dá de uma forma mecânica, mas por meio de um relacionamento sistemático entre o meio social, de um lado e a organização funcional da língua, de outro. Na visão de Maingueneau (2001:54)¹¹, a interação – denominada por ele de interatividade – é elemento fundamental do discurso/ texto, ou seja, “é uma troca explícita ou implícita, com outros enunciadores, virtuais ou reais, e supõe a presença de uma outra instância de enunciação à qual se dirige o enunciador e com relação à qual constrói seu discurso”.

5. As hagiografias medievais

O trabalho com textos hoje deve ser orientado por uma dimensão discursiva, apoiada numa concepção sócio-interacionista de linguagem. Uma abordagem que privilegie a interação não pode estudar o texto de forma única em que, para todo e qualquer texto,

¹⁰ BRAIT, BETH (2002) Interação, gênero e estilo. In: Dino Preti (org.) *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, Projetos Paralelos, vol. 5, p. 125-158.

¹¹ MAINGUENEAU, Dominique (2001) *Análise de textos de comunicação*. Trad. Maria Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez.

vale a mesma forma de aproximação. Tal abordagem deve reconhecer tipos diferentes de textos, com diferentes formas de textualização, visando a diferentes situações de interlocução. O reconhecimento disso tem levado os estudiosos da linguagem à busca de uma classificação dos diferentes tipos textuais e gêneros do discurso. Essa questão tem sido uma das fundamentais nos estudos da linguagem.

Segundo Massaud Moisés (1978)¹², o termo vem do grego *hagiografia*, significando escritos relativos aos santos, é sinônimo de “hagiologia”. Serve para designar os textos que relatam a vida dos santos. Comum desde a Idade Média nos países católicos ou que receberam influência da Igreja, a hagiografia apresentou caráter literário até o século XVIII, quando passou a incorporar as preocupações científicas despertadas na ciência historiográfica do tempo. O autor aponta que, no período do Romantismo, as vidas dos santos inspiraram poetas e dramaturgos.

Esse gênero é praticamente desconhecido em nossa produção literária, constituindo rico veio da Literatura Portuguesa. Moisés (p. 269) aponta ainda que:

a hagiografia começa nos textos medievais recolhidos por Alexandre Herculano no *Portugalia Monumenta Historica*, volume *Scriptores* (1857-1873), e termina, por exemplo, com as hagiografias de Teixeira de Pascoas (*São Paulo*, 1934; *São Jerônimo e a Trovada*, 1936; *Santo Agostinho*, 1946), passando pelo *Hagiolôgio Lusitano* (1652-1666), de Jorge Cardoso, e pelas admiráveis vidas de santos escritas por Eça de Queirós e reunidas no volume *Últimas Páginas* (1912).

Cabe destacar que o termo hagiografia é utilizado, desde o século XVII, quando se iniciou o estudo sistemático sobre os santos, sua história e culto, para designar tanto este novo ramo do conhecimento como o conjunto de textos que tratam de santos com objetivos religiosos (Delehay, 1973, p.24)¹³.

A literatura hagiográfica cristã teve início ainda na Igreja Primitiva quando, a partir de documentos oficiais romanos ou do relato de testemunhas oculares, eram registrados os suplícios dos mártires. Porém, a hagiografia desenvolveu-se e consolidou-se somente a partir da Idade Média, com a expansão do cristianismo e a difusão do culto aos santos.

Durante a Idade Média foram produzidas muitas hagiografias. Tais obras possuíam caráter privado e foram redigidas, principalmente, pelos eclesiásticos. Num primeiro momento, foi utilizada para sua redação, a língua latina, já que era a língua dos cultos e da

¹² MOISÉS, Massaud (1978) *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix.

¹³ Obra citada por Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva :

igreja e o seu público era formado prioritariamente por clérigos regulares e seculares. A partir dos séculos XI, XII e XIII, devido a transformações que ocorreram na Europa ocidental, as hagiografias foram sendo escritas, ou traduzidas, nas diversas línguas vernáculas, passando a atingir, assim, um público maior.

O objetivo dessas obras, segundo Frazão¹⁴, era amplo:

propagar os feitos de um determinado santo, atraindo, assim, ofertas e doações para os Templos e Mosteiros que os tinham como patronos; produzir textos para o uso litúrgico, tanto nas missas como nos ofícios monásticos; para leitura privada ou como textos de escola; instruir e edificar os cristãos na fé; divulgar os ensinamentos oficiais da Igreja, etc.

Verifica-se, assim, que esses textos eram importantes meios para a propagação de concepções teológicas, modelos de comportamento, padrões morais e valores. Quanto à forma, organização ou processo de construção, as hagiografias medievais não apresentam unidade. Não só privilegiam aspectos diferenciados da vida dos santos, enfatizando a morte, a vida, ou os milagres, mas também sofrem adaptações em função de novos critérios estéticos e diferentes necessidades literárias. Cabe apontar que muitas obras foram reescritas e adaptadas, outras foram compiladas ou traduzidas.

Os textos hagiográficos não só apresentam diferenças formais, como também incorporam concepções diferenciadas de santidade. Vauchez¹⁵, estudioso europeu especialista em religião e religiosidade medievais, revela como no decorrer da Idade Média foram se transformando os ideais de espiritualidade e, por extensão, as concepções de santidade e a própria hagiografia.

Seguindo a perspectiva literária e o método histórico-descritivo-comparativo, Baños Vallejo concluiu que houve um gênero hagiográfico na Idade Média e que este se distinguia não pela forma dos textos, mas por seu conteúdo. Para este autor, seriam traços comuns dos textos hagiográficos a apresentação de três elementos fundamentais: as ações realizadas em vida pelo santo e que retratam o seu desejo pela santidade, a morte vista como processo de aperfeiçoamento e, por fim, os milagres *post-mortem*, como sinal do êxito e comprovação da santidade desejada pelo santo.

<http://www.ifcs.ufrj.br/~frazao/hagiografia.htm>

¹⁴ consultar página na web indicada na nota anterior.

¹⁵ Citado por Frazão.

Os textos hagiográficos não eram considerados textos canônicos ou teológicos, mas obras com caráter festivo, que visavam comemorar a vitória do santo contra o mal, o diabo e a morte. É por esse motivo que as hagiografias eram lidas nas festas, nos refeitórios monásticos, nas escolas e em locais públicos, como praças.

Em relação os textos hagiográficos, não há uma crítica textual específica: textos sobre a vida, milagres, invenções ou trasladações de santos são estabelecidos com os mesmos critérios adotados para outros gêneros.

A classificação dos manuscritos, sua genealogia, a avaliação das variantes são feitas de acordo com as regras do método filológico, para determinar pelo menos o arquétipo comum a todos os textos manuscritos conservados, já que não se pode apontar a sua autenticidade.

A edição deve ser diplomática, sem cometer o erro de editores do século XIX que, muitas vezes, publicavam os textos em função da atualidade ou de interesses particulares (cf. *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*)¹⁶ Habitualmente, temos não só testemunhos, mas recensões múltiplas. O problema só reside em apresentá-las como etapas sucessivas de um texto em processo constante de elaboração, que evolui e é adaptado às diversas exigências de quem o utiliza. Uma vez que o texto crítico foi estabelecido, ficam abertos os problemas de caráter histórico, isto é, os contextualizadores ou elementos que ancoram o texto: autor, data, proveniência, etc, cuja solução nem sempre é possível. É preciso proceder com atenção especial nos casos de atribuições de autoria de uma obra a uma personagem ilustre que eventuais anacronismos possam desfazer. A determinação das fontes fornece um dos critérios essenciais da crítica histórica.

Pode-se, ainda, analisar o estilo da hagiografia que leva a distinguir entre um relato fidedigno e uma manipulação retórica, ou ainda um romance hagiográfico.

Na hagiografia *La vida de San Fructuoso de Braga*¹⁷, temos um texto anônimo cuja narrativa elaborada em primeira pessoa (voy a contarlo analizando unos cuantos detalles del principio y del fin de su vida – p. 81) faz usos de algumas marcas típicas da oralidade, de elementos coesivos e de frases metaenunciativas, criando um discurso que estabelece algumas estratégias de interação com seu leitor. Dentre esses recursos lingüísticos, podemos citar a título de ilustração:

¹⁶ Organizado por Ângelo di Berardino. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 658).

a- uso do encadeador sequencial **y que**, como em:

Después de que la nueva claridad de la verdad suprema bañó de luz las antiguas tinieblas del mundo, y *que* desde la sede romana, primera cátedra de santa Iglesia, comenzó a brillar fulgurante la grandeza de la doctrina de la fe católica, y *que* desde Egipto, en el Oriente, comenzaron a resplandecer sobresalientes ejemplos de santa profesión monástica y *que* comenzó a relucir poco a poco el extremo de esta región del Occidente (...) (p. 81)

b- uso de marcador **pues bien**, como em:

Pues bien, después del fallecimiento de sus padres... (p. 81).

c- uso de diminutivo:

... mientras aún muchachito vivía con sus padres, sucedió en cierta ocasión que su padre lo tenía consigo pasó a tomar razón de sus rebños en los arriscados valles de la región del Bierzo (p. 83).

d- uso do encadeador **y**:

(...) en una soledad alargada y estrecha, y alejada del mundo, en las quebradas de unos montes altísimos levantó el monasterio de Rufina, y junto al santo altar se encerró en un angosto y reducido emparedamiento; allí permaneció tranquilo por un cierto tiempo...(p. 89).

e- uso de repetição de estrutura (paralelismo):

escondiéndose ya en lugares muy altos, ya en densos matorrales, ya incluso en peñascos que eran sólo accesibles a cabras monteses, que sólo podían verlo no los ojos humanos sino los divinos (p. 93).

f- uso de marcador conversacional (elemento típico da língua oral que serve para introduzir novo tópico, encadear outro item, etc.) **ahora, pues**:

Ahora, pues, no sucesos antiguos sino modernos, no de tiempos pasados sino actuales, no hechos según algunas vanas fabulaciones sino maravillas declaradas por criterios de verdad, en virtud de la narración del venerable presbítero Benenato... (p.101). (Neste trecho também encontramos o emprego de paralelismo).

g- Uso de frases para orientar o leitor:

Cuanto he llegado a saber por narración fidedigna voy a contarle analizando unos cuantos detalles del principio y del fin de su vida (p. 81).

En fin, como ya hemos dicho, brilló a cada paso con muchas señales de milagros y resplandeció muy a menudo con la maravillosa ejecutoria de sus virtudes, gracias al apoyo divino (p. 95).

De estos santos poderes, con la ayuda de Diós empecemos ahora ya a decir algo (p. 95).

¹⁷ Estudo e edição crítica de Manuel C. Diaz y Diaz, publicado em Braga, em 1974.

Esses recursos lingüísticos elencados criam um envolvimento interacional mais efetivo com o interlocutor (leitor ou ouvinte de uma hagiografia que era lida, como já se disse anteriormente), estabelecendo um efeito de sentido mais eficaz entre o conteúdo da narrativa e o público alvo.

Considerações Finais

A partir do exposto, pudemos observar o que é uma hagiografia e como ter conhecimento de alguns conceitos lingüísticos pode auxiliar o historiador a compreender melhor como esse gênero textual é constituído, quais estratégias e mecanismos lingüístico o enunciador emprega para poder construir seu texto de maneira a interagir com o leitor.

ATENÇÃO: O gráfico abaixo deveria ficar nítido como o colocado anteriormente (que deverá ser retirado)

A palavra gáfico 3 também deve ser retirada

Gráfico 3. Representação do contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita.

